

DIRECTOR: RAUL REGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ALVARO GUERRA/ALVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BELARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

# SENTENÇA , DE SALOMÃO

Na noite do dia 6, o Conselho da Revolução emitiu finalmente um comunicado apontando a sua solução para o caso da «República».

Após uma reunião previamente convocada para decidir sobre este assunto, o Conselho pronunciou-se do seguinte modo:

O Conselho da Revolução, após ter ouvido as diversas partes envolvidas e examinado os considerandos e pareceres emitidos por órgãos responsáveis sobre o caso do jornal «República», delibera:

1. — O jornal «República» reabrirá logo que a administração assim o solicite às

mesmas autoridades militares que, a seu pedido, procederam ao encerramento das instalações.

2. — Não serão admitidos saneamentos da administra-

ção, direcção e conselho da redacção, conforme tem sido reivindicado pelos trabalhadores, medida que aliás viria novamente a pôr em causa

(Conclui na pág. 4)

## OBRIGADO AMIGOS!

Ao aproximar-se a nova fase de luta pela liberdade de expressão que vamos iniciar com a reabertura da «República», não podemos esquecer os apoios que tornaram possível manter a voz que, através desta folha, transpôs a barreira da hostilidade do bloco dominante da imprensa portuguesa. Só assim conseguimos divulgar as nossas razões e desmascarar muitas das aleivosas demagógicas com que se pretendeu denegrir a nossa luta.

Os redactores da «República» têm consciência da enorme dívida de gratidão contraída com todos aqueles que, por amizade e sobretudo por espírito de militância na defesa das liberdades fundamentais, lhes manifestaram a sua solidariedade e desenvolveram variadas formas de apoio efectivo.

Lembramos mais uma vez nestas páginas os milhares de leitores que, suportando catorze horas de chuva quase ininterrupta, manifestaram diante da redacção do nosso jornal, na noite de 19 de Maio, a sua repulsa pelas manobras que visavam a substituição do nosso director e o seu apoio à atitude solidária com Raul Rego tomada pela quase totalidade dos redactores.

Registamos também nestas páginas a boa vontade manifestada pelo director e alguns trabalhadores do «Setubalense», pe-

(Conclui na pág. 8)

## A LIBERDADE QUE QUEREMOS

O comunicado do Conselho de Revolução sobre o caso «República», divulgado na noite de sexta-feira, e o documento que a Administração, a Direcção e a chefia de Redacção, entregaram, na tarde de Sábado, àquele Conselho, levaram-nos a pedir a presença dos nossos camaradas portugueses e estrangeiros, para um encontro que se efectuou ontem, nas instalações do «Jornal do Caso República».

Cabe aqui reafirmar o nosso agradecimento pela forma pronta com que, uma vez mais, os nossos camaradas corresponderam ao

(Conclui na pág. 4)



A VOZ DA «REPÚBLICA» — UM SÍMBOLO DE INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE  
LER NA ÚLTIMA PÁGINA

Um grupo numeroso de jornalistas estrangeiros compareceu na conferência de imprensa que convocamos. Durante quase duas horas, o «caso República» foi objecto da curiosidade dos nossos camaradas, entre os quais estavam, também, alguns portugueses.

# “Peço-lhes em nome dos meus filhos que não se poupem a dar luta!”

— Um dos muitos apelos que, de toda a parte, diariamente continuam a chegar-nos

De Norte a Sul do País, das ex-colónias e também do estrangeiro, continuam a chegar até nós, diariamente, dezenas e dezenas de mensagens de solidariedade de leitores e amigos. São cartas, telegramas, postais e até simples cartões entregues em mão de outros tantos portugueses que nos manifestam o seu apoio na luta pela liberdade de expressão que estamos a travar. E também de repúdio são outras das cartas e telegramas que temos recebido. Neles, os nossos leitores expressam veementemente a sua repulsa pelo assalto do «República» foi vítima. Os extractos que se seguem são parte de algumas dezenas dessas mensagens, a cujos autores daqui dirigimos um caloroso «obrigado».

Do Porto: «Inteiro apoio à luta que vêm travando contra minorias pretendem amordaçar uma das poucas vozes livres da Imprensa que ainda restam em Portugal. Peço-lhes firmeza na vossa acção, o que, aliás, não será preciso lembrar a homens como Raul Rego e todos vós». a) Jorge Reis de Pinho.

De Lisboa: «Os professores do Liceu D. Filipa de Lencastre que subscrevem esta carta, não quiseram deixar de manifestar à «República» a sua solidariedade e o seu protesto pelo infame atentado de que foi alvo. Atentado tanto mais grave, quanto o «República» tem sido neste século das poucas vozes que se têm erguido, contra tudo e contra todos, na luta pelos direitos do homem, dos quais um dos mais importantes é o direito à informação e à verdade, e é precisamente esse direito que está em causa».

De Londres: «Todo o apoio. Grande admiração Raul Rego. a) Paula Rego», pintora.

Do Porto, dirigido ao ministro da Comunicação Social: «Os leitores do jornal «República» abaixo assinados, trabalhadores do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil — Centro Regional do Norte, vêm solicitar a V. Ex.ª a IMEDIATA resolução do jornal sem recurso ao seu encerramento. Na época do fascismo, a censura encerrava os jornais para os calar. Sendo «República» um jornal que vive dos seus leitores, não ligado a monopólios, recia-se o que pode resultar com o seu encerramento. Seguem-se 49 assinaturas.

De Silvas: «Isto é mais um atentado contra a liberdade de Informação, à boa maneira fascista. Solidarizo-me com toda a Direcção e Redacção do jornal». Subscrita por sete leitores, a carta dirige ainda uma pergunta à administração Belo Marques: «Desde quando é que se pode fazer um atropelo à lei, neste caso a Lei de Imprensa? Desde quando um oportunista de 26 de Abril pode sanear um

combatente antifascista; um Homem com H grande?»

De Alparça: «Pelo reconhecimento da liberdade de expressão, uma vez que nunca alinhiei ideologicamente com os detentores das verdades absolutas, mesmo que defendam «amplos liberdades democráticas». a) Jaime Luís Catarino Duarte.

Do Porto: «Para a vossa justa luta por uma Imprensa Livre em Portugal». a) Carlos Cardoso Marques.

De Lisboa, em carta dirigida a Nuno Coutinho: «No actual momento português, o meu jornal terá de ser a «República» e Raul Rego a personificação do jornalista de que o País precisa para ser informado convenientemente. Nunca aceitei tutelas como condição fundamental para pensar e agir...» a) António Botelho Maniz.

Ainda de Lisboa: «Protestando vi-

gorosamente telegrama enviado BRT Misericórdia apoiando aventureirismo trabalhadores «República». Esmagadora maioria Misericórdia está com trabalhadores redactores. Protestam representatividade BRT grupo minoritário desconhecido. Clandestinamente querem dirigir destino Misericórdia utilizando métodos pidescos». a) Grupo de trabalhadores.

De S. Marcos da Serra: «Núcleo da A.O.C. de S. Marcos da Serra ao lado da «República». O fascismo morreu. O social fascismo morrerá. Lutemos pela liberdade da Imprensa».

De Coimbra, em telegrama dirigido a Raul Rego: «Velho republicano cumprimenta e felicita V. com incondicional apoio». a) Luis Corte Real Arco Almeida.

De Fombal: «Manifesto inteiro apoio director Raul Rego». a) José Manuel Pinheiro.

De Lisboa: «O meu repúdio pelo atentado de que foi vítima como director do jornal República de que há longos anos sou assinante. Faço votos ardentes para que o caso se esclareça rapidamente». a) Mário Soares Pereira.

Do Porto: «Leitor República protesta energeticamente e repudia a atitude prepotente assumida perante director jornal Raul Rego. Pedem-se medidas urgentes no sentido de dignificar órgão independente Informação». a) Manuel Alberto Pereira.

De Aveiro: «Apoio incondicional director República Raul Rego». a) Um leitor.

Do Porto: «Assinante jornal República protesta atitude trabalhadores tipógrafos servindo correntes políticas contra director e redactores jornal prejudicando interesses leitores».

(continua no próximo número)

## Coisas de ouvir dizer e outras que dizemos nós

O prof. Emídio Guerreiro é o novo secretário-geral do P.P.D. e, pelos vistos, Emídio Guerreiro está apostado em tornar-se tão célebre como o anterior secretário-geral daquele partido, Sá Carneiro, ainda que por diferentes razões. Porque nada nos liga ao Partido Popular Democrático não temos nada a ver com a escolha que aquele partido fez e nem sequer nos ocuparemos de comentar as declarações que o sr. professor tem andado a fazer desde a sua eleição. Lenine a inspirar o Partido Popular Democrático é, seguramente, uma imagem bizarra, mas isto não é um problema nosso, tal como não é nosso o problema do saber qual é o significado político de toda esta manobra e das declarações que o prof. Guerreiro tem vindo a fazer. Esperemos que as pessoas a quem este problema diz respeito o meditem.

O problema só passa a ser nosso e só se complica quando o prof. Guerreiro, em entrevista a Carlos Coutinho (no Século de 2/6) resolve falar sobre a República e resolve fazer afirmações que já vimos noutra parte, mas que não esperávamos de um dirigente do P.P.D., pelo menos até à eleição do prof. Guerreiro que tornou tudo possível...

Afirma o prof. Guerreiro que na República se fazia censura, não sabendo bem se ela era feita pelos redactores. Quanto a isto nós esclarecemos o prof. Guerreiro que, pelos vistos, anda mal informado, que na República houve, efectivamente, muitas tentativas de impor censuras, mas que nunca vingaram porque a elas se opuseram sempre firmemente a direcção e a redacção do jornal. Tentaram impor censuras esses mesmos que hoje dizem defender a liberdade de expressão.

Claro que isto são coisas que o sr. prof. não sabe, já que se vê que anda mal informado. Pelo menos no que respecta à informação, é ele próprio quem no-lo diz na mesma entrevista, ao afirmar que, segundo lhe dizem, grande parte da imprensa portuguesa está a ser dominada por um só partido,

Abstemo-nos de comentar a escolha para secretário-geral de um partido de uma pessoa que sobre um problema com a importância do da liberdade de expressão em Portugal não sabe nada além do que lhe dizem. Isto é um problema que diz respeito a quem o escolheu. Agora que não aceitamos é que essa pessoa fale sobre nós que lutamos por essa liberdade e que faça acusações gravíssimas e infundadas. Exigimos que o professor Guerreiro prove que a República fez censura.

Afirma, ainda, o prof. Guerreiro que «a República era dirigida por socialistas. Não podia, pois, incluir-se entre a informação objectiva». A afirmação só não pode ser surpreendente porque já vimos que o professor Guerreiro nisto de informação anda bastante mal informado e vive de coisas que lhe dizem. Mas é de qualquer forma insultuosa, porque os socialistas que dirigem a República têm um passado de luta e um passado de integridade profissional que são a garantia de uma informação independente. E pena é que o prof. Guerreiro não saiba isto ou faça de conta que não o sabe, tal como é pena que o prof. Guerreiro, tão preocupado com a objectividade da informação, não tenha uma opinião sobre os meios de informação controlados pelo Estado e que se encontram ao serviço exclusivo de um partido que até não é o dele.

É pena que o secretário-geral do P.P.D. não leia o órgão oficial do seu próprio partido, mas, como na entrevista que concedeu ao Século se diz que no P.P.D. se lê de tudo até o «Avante», ousamos pensar que talvez também se leia o nosso jornal, e já que o «Povo Livre» este não parece merecer a leitura do secretário-geral do P.P.D., não resistimos a citar algumas passagens do artigo que esse jornal consagrou ao caso República, na esperança de que o prof. Guerreiro as medite:

Explorando ao máximo a surpresa inicial, não hesitando em caminhar por vias sinuosas através da falta de esclarecimento dos trabalhadores, amedronta-

do-os e desmobilizando-os quando isso se tornava necessário, souberam os novos arrivistas apoderar-se sucessivamente do «controles quase completo da «Missora Nacional, «Século» e «Diário de Notícias», entre outros, e mais recentemente da RTP, e preparavam agora idêntico destino ao «República» numa excelsa totalitária que só poderia ter fim quando fusessem visto abafados todas as posições discordantes.

Talvez não contásemos, porém, com a imediata reacção dos leitores de um dos poucos jornais portugueses ainda não incluídos na cada vez mais grossa corrente monolítica, esmagadora do pluralismo e da livre opinião, que se fortalece à medida que destrói as liberdades fundamentais, das pessoas para quem acima de tudo importa a defesa dos valores porque a República sempre se bateu em cada dia dos seus 75 anos de existência, através de todas as vicissitudes, nem com o decidido apoio que diversas forças políticas concederam à Redacção, logo desde a eclosão do conflito.

Ousamos, ainda, chamar a atenção do prof. Guerreiro para a caricatura inserta no mesmo número do «Povo Livre», onde o «coordenador de ideias» que reduziu todos os órgãos de informação ao monolitismo. Di-se lá, em referência à República «Este tipo está a travar todo o processo». Quanto ao novo secretário-geral do P.P.D., a julgar pelas suas declarações esse não trava nenhum processo. Este problema pertence, no entanto, ao P.P.D. e não seremos nós a julgar do oportunismo político que tudo isto representa. Mas do que o prof. Guerreiro diz parece-nos claro que, parafraseando o secretário-geral do P.P.D. que acha que o povo alemão cometeu um grande erro ao dar o poder a Hitler, ousamos considerar que os militantes do P.P.D. cometeram um grave erro ao dar o poder a Emídio Guerreiro e tal como o povo alemão, segundo Emídio Guerreiro, talvez os militantes do P.P.D. venham a sofrer-lhes as consequências.

### Não queremos o clorofórmio

A Liberdade, seja ela de que espécie for, é um dom precioso e indivisível que comporta muitos riscos e não menos obrigações.

«Nós sabemos quanto vale a Liberdade de espírito, mas também quanto ela custa» — escreveu Paul Valéry no seu ensaio sobre Voltaire. Mas nós sabemos também que a sua utilização mais digna, o seu testemunho mais válido e a capacidade da sua duração, consistem nos limites que essa liberdade concede a si própria através do poder, tão específico e tão extraordinário, que lhe permite pôr em questão todas as coisas, sejam elas quais forem e de que natureza se revestirem. Se os homens o não entendem assim e deixarem que a liberdade ultrapasse essas fronteiras, tantas vezes difíceis de discernir, ela está em perigo.

E se alguns preferem o clorofórmio da propaganda, desprezando a livre e sempre desejável confrontação de ideias, os outros não têm outra coisa a fazer que não seja lamentá-los.

Contudo, outros não estão de modo algum dispostos a ser anestesiados. E, neste grupo, não é de admirar que se encontrem jornalistas, escritores, cineastas e outros que, na sua esmagadora maioria, não estão dispostos, hoje muito menos que ontem, a voltar costas ao combate em que, há muito se empenharam, pela conservação dos princípios que lhes são tão caros, entre os quais a liberdade de expressão é um daqueles a que nunca renunciarão.

E em defesa dessa liberdade que nos propomos correr todos os riscos que a liberdade comporta. Porque as obrigações que lhe são inerentes passam também pela defesa dessa mesma liberdade e nós não temos dúvidas quanto às responsabilidades que daí nos advêm.

Por isso, estamos deste lado.

N. C.

# MENSAGEM DE APOIO DE SOCIALISTAS CATALÃES

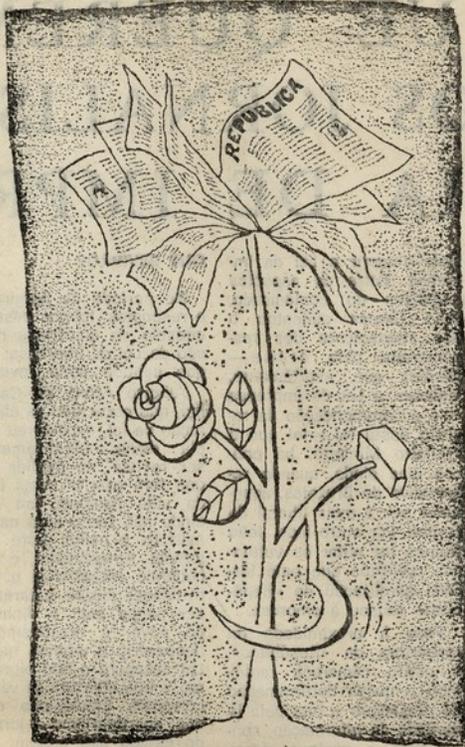
Um grupo de socialistas catalães dirigiu a Raul Rego uma carta de apoio, a propósito da situação que levou ao encerramento do «República». Assinam a mensagem sete figuras bem conhecidas da resistência anti-fascista em Espanha, que afirmam nomeadamente:

Foi com espanto e indignação que nós, abaixo-assinados, socialistas democráticos conhecendo dos graves atentados contra a liberdade de expressão e a suspensão, pelo menos temporária, do diário da tarde «República» que V. tão acertadamente dirigiu durante muitos anos e que sempre se caracterizou pela defesa das liberdades democráticas e pela luta contra o regime político de Salazar, nefasto pelo seu carácter obscurantista e ditatorial e pela sua incapacidade de impulsionar o desenvolvimento económico de Portugal, nação com a qual nós, catalães, sentimos profundos vínculos de amizade.

«A sua carreira pública e profissional, marcada por três penas de prisão durante

o regime de Salazar, merece todo o nosso respeito e adesão, extensivo à actual linha do diário «República». Nesta hora difícil para si, para o Partido Socialista português e, inclusive, para Portugal, queremos fazer chegar-lhe a nossa mais fervorosa e in-

condicional adesão, na corajosa causa da defesa da liberdade de imprensa que V. encarna. Desejamos também que o Governo português reconheça a vontade popular declaradamente manifestada nas eleições realizadas há muito poucas semanas.»



(Desenh. de PLANTU.)

Desenho publicado no jornal «Le Monde»

# JUIZOS CRÍTICOS

Em política os juízos críticos serenos e desapassionados são sempre de aplaudir. Pariram esses juízos de onde pariram. Queremos dizer juízos emitidos sejam porque corrente política ou ideológica for. Os juízos a que nos vamos reportar pariram do Partido Popular Monárquico. E foram divulgados num comunicado do Directório daquela organização política que se reclama de *Partido da Sinceridade*. Se é ou não verdadeira a auto-designação, não nos compete a nós julgar. Mas que os seus proceres não destilam ódio, não destilam rancor, não destilam sectarismos vessos, lá isso... pomos as mãos no fogão. Eles têm as suas líbias. Nós temos as nossas ideias. Eles são dialogantes. Nós também somos dialogantes. São convicções e não ídem. Pretendemos com isto dizer que, em sociedade, todos podemos falar sem andarmos em beliscões, uns aos outros. Começo a reocar, porém, que isto seja um preconceito burguês...

«Para o Partido Popular Monárquico, o que constitui motivo de alarme é o incrível e paratático, hoje já evidente, entre firmadas que os portugueses julgavam definitivamente arquivadas e outras que vêm ao de cima em declarações oficiais e acções partidárias. Chega a parecer que o fascismo subtilmente regressa como estado de espírito e norma de acção.» Lê-se a dado passo no comunicado do P.P.M. Trata-se de uma denúncia que é preciso ter em conta. Na sociedade socialista livre que se pretende construir no nosso país não se deve permitir a acção subterrânea tendente a minar o Programa do Movimento das Forças Armadas na sua verdadeira interpretação. «Somos um povo em revolução que procura o seu modelo nacional de sociedade, mais independente e mais justa» — proclamou o Presidente da República em Paris.

Mais adiante o P.P.M. sublinha: «É assim que o P.P.M. não pode deixar de ouvir, com a mais profunda

das inquietações, afirmações como a de que quem não é comigo é contra mim, ou a da criação de novas milícias sob o sigilo do M.F.A.; ou ainda a declaração de que *suam eisae é a vontade do Povo outra o seu interesse*, no sentido de que a quem *sabes quais os interesses do Povo, mesmo contra a vontade deste, lícito seria governar*»

São estas inquietações que estão a abrir feridas no povo português e, infelizmente, não se pode dizer que sejam infundadas. Vive-se na incerteza de interrogações para as quais não tem havido a adequada resposta. Isto embora o Presidente Costa Gomes se esforce por classificar a situação.

«A nossa revolução, que eu considero uma das Revoluções mais puras e famosas da História da Humanidade, porque foi feita pelos militares, quase sem derramamento de sangue, tem na sua génese algumas dificuldades. Eu posso afirmar, mais uma vez, que a nossa Revolução tem por finalidade a construção de uma democracia pluralista, de um socialismo livre, onde sejam respeitados os direitos do homem e onde todos os Portugueses possam subsistir numa sociedade em que seja completamente banida a exploração do homem pelo homem.»

Esta afirmação de princípios a que inteiramente nos vinculamos, não evitou, no entanto, que se pusesse em causa no editorial de um matutino onde se escreve: «Estará o discurso do Presidente da República contido no Programa do M.F.A.? Estará o Programa do M.F.A. contido no discurso do Presidente da República?»

A que vem esta dúvida? Que se pretende insinuar?

O P.P.M. continua a desfar o seu raciocínio:

«Como insistentemente temos proclamado, a Democracia não se constrói, nunca se construiu nem se construirá, nem ao som de tambores, nem

com base em iluminados ou «condottieri» e muitos menos assim se chegará ao Socialismo, ou seja ao que for de válido e duradouro.»

Haverá algum membro do M.F.A. ou do Conselho de Revolução que não perfilhe esta doutrina clara como a água e envolva no conceito do P.P.M. um grave risco na razão directa do procedimento que se está a seguir por parte de certos sectores minoritários virulentos mas de duvidosa prática revolucionária?

O P.P.M. expressa melhor o seu pensamento ao dizer que:

«*Nas costas do Povo, e apesar da sua vontade expressa, se desenha uma pseudo ditadura do proletariado com todos os seus defeitos e nenhuma das suas eventuais e controversas virtudes.*»

É um alerta que se lança ao M.F.A.

# A solidariedade dos nossos leitores

ANÓNIMOS

Continuam a chegar à nossa Redacção donativos enviados por leitores amigos, que, identificados ou não, estão dispostos a apoiar a nossa causa. Muitos deles são acompanhados de expressivas mensagens, que publicamos noutro local, mas outros são apenas simples contribuições em valores dos C.T.T., cheques ou notas, sem qualquer indicação de proveniência.

Para nós, mais que o apoio material que trazem, têm o significado de um auxílio precioso. O que se segue é uma nova lista que traduz esses apoios, totalizando mais 24 572\$50.

«Mil», Nuno Manuel, Carlos e Emilia, Lisboa, 240\$80; A. Neto Contente, Lisboa, 100\$00; João Lemos, 50\$00; Trabalhadores da Di-

recção de Finanças do Distrito de Lisboa, 2300\$00; Dr. Álvaro Ramos, 300\$00; Fernando Seriot Barbosa, 300\$00; José Domingos Faria, 60\$00; Maria Cândida Pereira, 500\$00; Manuel Montenegro, 200\$00; Artur Penido, 100\$00; Idalberto Fimental, 200\$00; Carlos Lopes Pereira, 500\$00; António Alberto Gonçalves Ferreira, 230\$00; Belarmino Marques Moreira, 300\$00; Maria Luísa, Pedrógio Grande, 100\$00; Joaquim Ferreira Calheiros, 100\$00; José Luís Antunes, 200\$00; José Luís Lança Palma, 200\$00; José Joaquim Veríssimo Fernandes, 100\$00; Maria Cândida Jesus Melo, 1000\$00; Celestino Campos Oliveira, 530\$00; Maria do Céu Novais de Faria, 500\$00; José João Ferreira da Silva, 100\$00; F. Carvalho, 100\$00, e J. Coelho 100\$00.

Deficiente das Forças Armadas, 500\$00; Trabalhadores do Bank of London & South America Ltd., 1680\$00; um leitor, 500\$00; um trabalhador do B.P.A., 100\$00; um trabalhador do B.E.S.C.L., 100\$00; Verificador aduaneiro da Alfândega de Lisboa, 300\$00; Professora da Esc. Prep. Nuno Gonçalves, 200\$00; trabalhadores de James Rawes, 860\$00; trabalhadores de Robert Bosch, 887\$50; trabalhadores da Celulose do Guadiana (sede), 670\$00; Trabalhadores da C.G.D.C.P., 2003\$50; um leitor, 600\$00; Trabalhadores da C.R.G.E., 3260\$00; Grupo de 14 montenenses, 1200\$00; um leitor, 100\$00; Bessel, 500\$00; Jet-Porto, 51\$00; Atelier de Arqt. e Desenho, 230\$00; Grupo de leitores das O.G.M.A., Alverca, 670\$00; um tipógrafo, 100\$00.

# A LIBERDADE QUE QUEREMOS FOI APONTADA AOS JORNALISTAS NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

(Conclusão da 1.ª página)  
convite — particularmente os nossos camaradas estrangeiros que acorreram em número particularmente numeroso e bem expressivo do interesse que o caso «República» — ou melhor, o caso da liberdade de ex-

pressão em Portugal — continua a despertar além fronteiras.

## A DEFESA DA LIBERDADE

A abrir, João Gomes esclareceu ser de reserva a

nossa atitude face ao comunicado do Conselho da Revolução, cuja ambiguidade é por demais evidente. No entanto, apontou os aspectos positivos do comunicado, dos quais o mais relevante é, obviamente, a reafirmação da necessidade de

fazer cumprir a Lei da Imprensa. Entre os aspectos negativos do comunicado, João Gomes salientou o não afastamento dos responsáveis pela crise — aqueles que, abertamente, violaram a Lei da Imprensa — e a recomendação da revisão desta lei — lei que o Primeiro Ministro, há poucos dias ainda, quando regressava de Bruxelas, acentuava ser a mais liberal da Europa. Por outro lado, João Gomes fez notar os vultuosos prejuízos que esta forçada paralização do «República» causou à empresa.

Face à proximidade da reabertura da «República», o nosso camarada reafirmou a nossa determinação de prosseguir a luta pela liberdade de informação, contra toda e qualquer força que vise reinstaurar qualquer forma de censura, interna ou externa.

João Gomes manifestou, ainda, estranheza pelo afastamento do Ministro da Comunicação Social do desenrolar deste processo, tanto mais que o comandante Correia Jesuino havia sempre tomado uma firme atitude de defesa do cumprimento da Lei de Imprensa.

## QUE REVISÃO?

No período de perguntas e respostas, foi-nos posta a questão da anunciada revisão da Lei da Imprensa: em que sentido seria revista?

Alberto Arons de Carvalho, que participou na elaboração da lei, considerou que ela devia, efectivamente, ser revista, na medida em que fora escrita numa fase da vida nacional em que ainda não havia sido nacionalizada a maior parte dos jornais. Actualmente, e não podendo esquecer-se o facto desses jornais estarem a ser pagos com o dinheiro do povo, é efectivamente necessário e urgente que a Lei assegure o seu pluralismo, a sua abertura às várias correntes ideológicas e o seu apartidarismo — jornais do Estado não podem, não devem, estar ao serviço exclusivo de nenhum partido.

Uma jornalista alemã quis saber que espécie de liberdade de expressão defendíamos nós. Como nós respondêmos que liberdade é uma só e como ela insistisse, teimosamente, num exemplo concreto, Arons de Carvalho esclareceu que a liberdade de expressão praticada no Chile da Unidade Popular de Allende e na Checoslováquia da «Primavera de Praga» de Dubcek, lhe pareciam exemplos satisfatórios dessa liberdade, mas que os imperialismos americano e soviético a tinham violentamente sufocado.

## DIREITO DE CRÍTICA

O direito de criticar construtivamente o poder constituído foi por nós reafirmado no decorrer da conferên-

## SOLIDARIEDADE DE UM CASAL SUECO

Um casal sueco que, há tempos, passou férias no Montijo, também está solidário com os jornalistas de «República». O eco dessa solidariedade chega-nos através de um postal enviado ao seu anfitrião montijense, no qual se afirma: «Nos últimos tempos temos lido muito acerca dos acontecimentos de «República». Desejamos boa sorte aos seus jornalistas».

cia de Imprensa. Ninguém nem nada pode ser colocado acima de um comentário crítico. No regime fascista é que havia deuses intocáveis. E recordámos, a propósito, que o ministro da Comunicação Social, na madrugada de 20 de Maio, afirmou a pertinência e a necessidade de uma Imprensa crítica, de um jornal como a «República» onde tudo, até o M.F.A., podia ser comentado e criticado construtivamente. E lembrámos ainda que o ministro acentuara então a monotonia de uma Imprensa monolítica e monocródica de que a «República» era quase a única voz discordante. Por isso, o ministro insistira, nessa madrugada, pela necessidade da «República» reabrir tal como era.

No final, e ao renovar os agradecimentos dos trabalhadores da Redacção da «República» João Gomes renovou a todos os camaradas, o seu pedido de apoio e solidariedade, pois a nossa luta pela liberdade de expressão em Portugal não terminou. E há milhões de portugueses que continuam a esperar a voz livre da «República».



Os jornalistas de «República» respondendo às perguntas dos camaradas



Alguns dos participantes na conferência de Imprensa

# Sentença de Salomão

(Conclusão da 1.ª página)  
a lei de Imprensa em vigor. 3. — Não serão igualmente admitidas transferências de trabalhadores, conforme a administração tem exigido nas conversações (embora não se tenha pronunciado por despedimentos), a menos que os próprios trabalhadores, caso a caso, livremente desejem ser transferidos. A verificar-se esta última circunstância garantir-se-á, através do Ministério da Comunicação Social e do Ministério do Trabalho, a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, incluindo o trabalho.

4. — A reabertura do Jornal «República» nas condições acima estipuladas pressupõe a garantia, por parte do Conselho da Revolução, de que, enquanto não se proceder à sua revisão, se dará cumprimento integral à lei de Imprensa.

5. — O Conselho da Revolução, de acordo aliás com o parecer emitido pelo Conselho de Imprensa, e tendo ainda em conta o debate público já espontaneamente iniciado sobre o assunto e para o qual a própria iniciativa

dos trabalhadores da «República» muito terá contribuído, admite que o texto da lei de Imprensa esteja inadequado ao contexto da actual fase da Revolução portuguesa. Nestas condições recomenda pois o Conselho da Revolução ao Governo que, através do Ministério da Comunicação Social, seja desde já iniciado o processo de revisão do referido diploma.

Um camarada nosso, correspondente de um jornal espanhol em Lisboa, comparou — durante a conferência de imprensa convocada pelos jornalistas da «República» no domingo, dia 20 — a decisão do Conselho da Revolução à sentença de Salomão.

Na verdade, a «sentença» do Conselho divide a razão em partes iguais, se bem que se assinala como ponto muito importante a vontade expressa de fazer cumprir a Lei. Se é certo que foi a administração que pediu, na madrugada de 20 de Maio, o encerramento do jornal, fê-lo segundo sugestão do ministro da Comunicação Social perante circunstâncias que impediam em absoluto a feitura do jornal.

Relativamente às possíveis transferências de trabalhadores, o comunicado do C. R. abre boas perspectivas, pois os camaradas que não concordarem com a «República» que fazemos terão assegurados postos de trabalho em locais onde se produza escrita mais coincidente com as suas opções políticas.

Nós acreditamos, aliás, na coerência dos nossos camaradas que lideraram a luta contra a direcção, a redacção e a administração do jornal, no sentido de ajudarem a cumprir as disposições formuladas pelo Conselho da Revolução.

No entanto, sabemos que alguns camaradas mais exaltados teriam dito, em reunião de inter-comissões de trabalhadores, que «tinham de voltar à «República», por não terem outro emprego» — o que é falso. Tendo acrescentado que fariam da «República» uma espécie de Vietnam. A analogia parece-nos, a nós (gente pacífica), excessiva, mas, excessivo por excesso, não teremos outro remédio (se a tal nos obrigarem) senão assumirmos o

papel do Vietcong. É, pois, em condições de incerteza que, um dia destes vamos entrar na «República» para fazer o jornal que os nossos leitores (tão esquecidos neste processo) e a nossa consciência nos exigem.

E para terminar, uma palavra para a revisão da Lei de Imprensa, revisão admitida no comunicado do Conselho da Revolução. Nós pensamos que a Lei terá de continuar a ser, pelo menos, «a mais livre da Europa» — como tem sido dito pelos mais altos responsáveis do País.

Num aspecto convirá modificar a Lei: naquilo em que ela é omissa, ou seja, nas garantias de isenção, objectividade e pluralismo que terão de exigir-se aos jornais praticamente nacionalizados.

Seja como for, os jornalistas terão um papel importante a desempenhar nas modificações que tenham de se fazer. E, para além dessa participação necessária, é preciso não esquecer a dos leitores, pelo que não será de pôr de parte uma sondagem prévia à opinião pública.

# TRABALHADORES CONSCIENTES

O facto de ainda haver quem se sinta capaz de optar livremente parece causar engulhos a certos senhores. Assim, numa reunião referida pelos jornais matutinos, houve quem tivesse considerações desa-

gradáveis acerca do quadro da «Gazeta do Sul», onde está a ser feito o nosso jornal — clandestinamente, segundo afirmam esses mesmos senhores. Ora, em primeiro lugar, como se sabe, dizer-se que o «Jornal de

Caso República» é clandestino não passa de mentira. Mais uma... Por outro lado, repudiamos vigorosamente quanto possa dizer-se em desfavor dos trabalhadores, autênticos, da «Gazeta do Sul», que, em plenário, de-

mocraticamente, afirmaram a sua decisão de colaborar connosco. Para acabar de vez com qualquer mal entendido, aqui vai o resultado da votação efectuada em R.G.T. — 33 votos a favor, 5 abstenções e 3 contra.

# LIBERDADE PARA UNS OU PARA TODOS?

Repentinamente, muita gente, mesmo aqueles que consideravam a lei de imprensa como a mais progressista e democrática do mundo, diz que ela está ultrapassada, caduca e é objectivamente contrarrevolucionária.

A actual lei de imprensa, elaborada depois de ampla discussão em torno de um projecto realizado por representantes dos partidos políticos da coligação, representantes do Sindicato dos Jornalistas e dos Grémios da Imprensa Diária e não-Diária, prevê a ausência de qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia, a garantia de acesso às fontes de informação, a inexistência de qualquer forma de apreensão administrativa, a liberdade de fundação de empresas jornalísticas, a ampla garantia do direito de resposta, a constituição de um Conselho de Imprensa com funções antimonopolistas e de defesa da liberdade de expressão, o alargamento da competência dos jornalistas na orientação da publicação periódica e a sua defesa perante a alteração profunda da linha de orientação de um periódico e um regime de responsabilidade sucessiva pelos crimes de imprensa.

Nenhuma destas disposições existia durante o fascismo e muitas delas não existiam mesmo no tempo da famigerada «comissão ad hoc» dos «tempos spinolistas», altura em que a «agora reacçãoária» «República» foi multada e suspensa por ter noticiado uma manifestação do M.R.P.P.

A participação dos jornalistas na orientação do jornal é assegurada através de cooperação do Conselho de Redacção com o director, e da necessária ratificação daquele Conselho na escolha do nome proposto para aquele cargo pela Empresa proprietária. Recorde-se, entretanto, que esta última

disposição estava incluída no voto de vencido do representante do P.S. na comissão que elaborou o projecto de lei (que não teve qualquer voto de vencido do representante do P.C.P.), voto de vencido esse que seria acolhido pelo Governo Provisório ao publicar a lei.

Diz-se agora que a lei de imprensa está desactualizada, apontando-se que aquilo que o representante do P.C.P. não subscreveu no projecto de lei — a participação dos jornalistas na escolha do director — é de fazer mas não chega. Sustenta-se que todos os trabalhadores de um órgão de informação devem ditar sentença em relação ao que é escrito pelo jornalista. O tipo-grafo não só deverá assim compor os artigos e notícias entregues por quem as pensou e redigiu, como também poderá modificá-los, se discordar do seu conteúdo. O empregado da administração, que normalmente dactilografava as cartas aos assinantes do jornal para renovação das suas assinaturas, poderá desta vez discordar do jornalista na redacção de uma reportagem sobre determinando acontecimento.

Deste modo, todos os trabalhadores terão a sua participação nas funções que antes competiam, no quadro da distribuição do trabalho dentro de um jornal, apenas aos jornalistas.

Aparentemente todo o processo é extremamente democrático, visto que visa a participação de todos os trabalhadores. No entanto, há várias perguntas a fazer: será correcto que os jornalistas sejam limitados nos seus pontos de vista por outros trabalhadores com diversas funções que nem sempre (ou que nunca) estiveram em contacto com a realidade apresentada pelo jornalista? E se essa (discutível)

participação dos trabalhadores na orientação do jornal for tida como possível através da crítica periódica, será essa participação extensiva a quais trabalhadores? Aos trabalhadores do jornal ou a todos os trabalhadores do país, nomeadamente aos leitores?

Para responder a estas questões é necessário comentar a discussão que se tem gerado em torno do «caso República». E para tanto ocorre-nos uma pergunta: se a maioria dos trabalhadores do «Diário de Notícias» ou do «Século» militasse no MRPP, no PPM, na UDP, na AOC ou no PS, sendo a redacção como actualmente acontece dominada pelo PCP, haveria um coro de vozes notavelmente afinadas exigindo a participação dos trabalhadores na orientação do jornal ou, pelo contrário, seria defendida a existente especificidade do trabalho jornalístico? Parece evidente que não.

Chegamos assim aos pontos a discutir na lei de imprensa. Ela foi elaborada antes do 11 de Março, numa altura em que a maioria dos órgãos de informação eram propriedade da banca privada e dos grupos económicos a ela ligada. Deste modo, previa-se na lei de imprensa a elaboração de futura legislação complementar anti-monopolista que limitasse a orientação direita e reacçãoária que necessariamente seria veiculada por esses jornais, se os grupos proprietários neles pudessem exercer a sua influência.

Depois do 11 de Março, a banca foi nacionalizada, ficando os órgãos de informação dependentes do Estado. Entre os jornais não abrangidos pelas nacionalizações está a República, propriedade de milhares de pequenos acionistas, do qual grande número são corajosos antifascistas com um

inequívoco passado de resistência. A propriedade das acções do jornal — muitos acionistas têm apenas uma acção de cem escudos — nunca foi uma forma de ganhar dinheiro, visto que a empresa jamais distribuiu dividendos, antes sempre foi uma maneira de combater. E o jornal República sempre teve as suas colunas ao serviço do combate antifascista, pela democracia e pelo socialismo.

É pois grotescamente falso limitar a posse do jornal República aos que nele trabalham, esquecendo os acionistas, muitos deles de modestos recursos que ali empregaram o seu dinheiro sem esperar qualquer lucro, os leitores que durante o fascismo nunca deixaram de ler a República mesmo quando esta, amordaçada pela censura, não podia dar senão palidamente uma ideia da realidade portuguesa, e o povo português que não esquece nem esquecerá que a República é o único grande órgão de informação português que nunca abandonou a sua coerência de órgão de combate antifascista de tendência socialista.

A lei de imprensa em vigor não prevê nada (ou quase nada) sobre a imprensa «nacionalizada» ou dependente do Estado. Estão nesta situação, o Diário de Notícias, o Século, a Capital, o Diário Popular, etc., jornais que sendo agora propriedade pública como tal deveriam agir, veiculando uma informação tanto quanto possível objectiva e imparcial, mas simultaneamente aberta às diversas correntes de opinião democráticas. Deste modo, estariam representados os vários grupos políticos portugueses e se asseguraria que a imprensa portuguesa não sairia de um monolitismo para entrar noutro.

Assegurar o pluralismo e a independência desses órgãos de informação é função que a lei de imprensa vigente não conseguiu garantir. Os órgãos de informação estaduais, cujos déficits vastíssimos todo o povo português paga — e não só os 12%, que votaram PCP —, não podem deixar de conter uma informação objectiva e de estar abertos a todos os partidos democráticos.

Como assegurar o pluralismo e a objectividade desses órgãos de informação é tarefa que a lei de imprensa terá de garantir. Deixar a condução dos órgãos de informação e a garantia dessa objectividade e desse pluralismo apenas aos trabalhadores que nele exercem a sua profissão é esquecer que esses órgãos de informação se destinam a todos os trabalhadores portugueses, nem exercendo decisivamente a sua influência. Fazer sujeitar a orientação de jornais como o Diário de Notícias ou o Século — hoje dominados pelo PCP — à vontade da maioria dos seus trabalhadores é sujeitar todo o povo português à orientação de uma minoria — militantes do PCP — inseridos na nossa minoria — trabalhadores desses jornais.

A orientação dos órgãos de informação deverá estar controlada pela opinião pública, através de representantes da sua expressão política — os partidos —, de acordo com a proporção obtida no sufrágio eleitoral. Só assim se evitará o monolitismo e o sectarismo estreito que imperam na imprensa portuguesa. Nessa altura, a imprensa portuguesa estará ao serviço do processo revolucionário, que nunca se fará contra o pluralismo e a liberdade mas sempre a seu favor.

# A "Reforma Económica" na U.R.S.S.

A revista **Imprecor**, que é editada em Bruxelas, publicou um artigo no qual afirma que a posição da classe operária soviética face à «reforma económica» teria sido «de indiferença».

«Em parte, isto explica-se — diz a revista — pela prudência da burocracia que nunca (?) tomou medidas que a classe operária pudesse sentir como um ataque directo, como foi o caso da Polónia em 1970 com a brutal subida dos preços dos principais bens de consumo».

No caso da Polónia, os redactores da **Imprecor** esqueceram que nas enérgicas e revolucionárias greves de Dezembro de 1970 contra a subida dos preços, os operários lutaram e conquistaram aumentos de salários e até conseguiram a destituição do chefe do partido comunista (que lá tem o nome de operário unificado), Gomulka e que, como é sabido, foi substituído por Gierek...

Quanto à «indiferença» da classe operária soviética parece não existir tanta, o que a **Imprecor** reconhece, no caso da Fábrica de Schékino ao escrever: «assinalaram-se casos de resistência colectiva a nível de oficina perante as medidas de racionalização»...

Façamos um pouco de história sobre essa «reforma económica», que foi adoptada por Brejnev-Kossíguin em 1965. Ela significa a continuidade da linha política, dos «estímulos materiais», apresentada por Nikita Kruschov ao tão discutido XX Congresso do partido comunista da U.R.S.S. realizado em 1956. Kruschov baseou-se nos pontos de vista do economista Evséi Liebermann que criticava a baixa produtividade nas empresas soviéticas. Esse velho economista, que viveu longos anos nos Estados Unidos dirigiu nesse país a racionalização em grandes empresas industriais.

Na União Soviética a racionalização é aplicada sob a direcção do russo-americano Evséi Liebermann e dos seus partidários.

Em Setembro de 1962

quando começaram os debates públicos sobre a reforma económica, os liebermanistas fizeram finca-pé nos «estímulos materiais». Eles sabiam que os operários soviéticos que auferem baixos salários, eram tão sensíveis a esses «estímulos» quanto os operários portugueses, e outros, o são em relação a aumentos salariais...

Na aplicação da «reforma económica» os liebermanistas exigem plenos poderes para os directores das empresas, criticam tudo que limita esses poderes, exigem que os directores determinem, segundo a sua vontade, o número de operários, o fundo de salários e a distribuição de prémios ao pessoal, sem qualquer interferência a qual consideram «nociva». Exigem plena liberdade e autonomia para as empresas e pronunciam-se contra a «tutela das empresas» e contra a planificação centralizada. «Os planos de trabalho das empresas devem ser elaborados completamente por elas próprias», escreveu Liebermann.

O economista-mor da reforma, esclareceu em artigo para a agência «Nóvosti» em 9.XI.64, as suas ideias quanto aos prémios:

«A magnitude dos prémios e as pessoas com direito a recebê-los ficam à discrição da própria empresa. Uma parte do fundo de salários é destinada especialmente a premiar os técnicos e engenheiros».

A discussão em torno da «reforma económica» adquiriu grande ardor na União Soviética. O economista, professor M. Fiodorovitch, manifestou-se contra os pontos de vista dos liebermanistas, e escreveu na revista «Kommunist» n.º 15, de 1964:

A reforma «não representa mais que um retorno ao cálculo comercial da NEP». (Nova Política Económica) «Teria como consequência um debilitamento da intervenção directa do Estado na actividade das empresas industriais e no desenvolvimento de elementos espontâneos sob a forma de uma extensão da iniciativa. As

nossas fábricas devem ser transformadas em empresas comunistas e, por conseguinte, os estímulos morais devem ser colocados em primeiro lugar». «Não devemos renunciar ao actual sistema de direcção económica mas sim adaptá-lo às novas exigências: a planificação imperativa constitui a base da economia socialista».

Liebermann procurou «esclarecer» os seus críticos, mais os estrangeiros do que os soviéticos... é, em carta enviada a «The Economist», de Londres, em 31.X.64 tentou desmentir aqueles que no estrangeiro afirmavam (e afirmam) que «o lucro das empresas» e a «autonomia» das mesmas «significam um retrocesso em relação à planificação socialista centralizada e tendem para mecanismos reguladores da economia capitalista».

A intensificação do trabalho nas empresas soviéticas criou mal-estar e instabilidade entre os soviéticos. Verificam-se despedimentos. O pessoal reduzido é obrigado a trabalhar mais, sem receber qualquer compensação pelo maior esforço despendido. Na Fábrica Têxtil «Cherbakov» foram despedidas 50 operárias, e as que ficaram são obrigadas a trabalhar com mais teares — reconheceu o jornal «Pravda» de 7.3.69.

Esse jornal, órgão central do P.C. Soviético, critica o que a revista **Imprecor**, denomina de «forte mobilidade espontânea; absentismo; crescimento relativamente

lento da produção; resistência individual e desespero por parte da classe operária». Em tom saudosista o «Pravda» escreve:

«Há 25 anos os operários da Fábrica «Viborg Vermelho», de Leningrado, davam o tom. Exortavam à emulação socialista que era secundada em todo o país. Era um colectivo de vanguarda. Alguns esqueceram essa tradição. Existe agora uma categoria de pessoas que pulula de um lado para outro em busca de privilégios e de lucros fáceis». («Pravda» 5. 3. 69).

O diário central comunista da URSS não respeita a verdade. Ele sabe que os operários soviéticos nunca tiveram lucros fáceis nem privilégios. Aqueles que «pululam de um lado para outro» buscam melhores salários para fazer face às condições de vida que a «reforma económica» agravou.

Tal a situação existente na União Soviética devido à «reforma económica» de Liebermann, cuja «actividade é dirigida a alcançar um índice: o lucro. As empresas têm agora maior independência na solução dos problemas económicos». (Pravda 12.3.69).

Essa «independência» engendrou na União Soviética fenómenos estranhos ao socialismo: desorganização, crise de produção, desemprego, instabilidade da mão de obra e agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

F. Ferreira

# A FIDELIDADE DOS LEITORES SALVA UM JORNAL

Na sua primeira sessão de trabalhos, o 28.º Congresso da Federação Internacional dos Editores de Jornais, que reuniu recentemente em Hamburgo, atribuiu por unanimidade, a «Carreta de Ouro da Liberdade» ao jornalista sul-coreano Kim Sang Mang, editor do jornal «Dong a Ilbo» de Seul.

Depois de, em 1974, ter lançado um apelo à liberdade de Imprensa e de informação, Kim Sang Mang foi vítima de enormes pressões de ordem económicas desencadeadas pelo governo ditatorial de Seul. Assim, no espaço de alguns dias, o jornal viu os seus maiores anunciantes anularem os contratos de publicidade, tendo esta sofrido uma quebra de 60 por cento.

No entanto, os leitores compreenderam a razão da pressão a que fora submetido o jornal e ocorreu em seu socorro, quando já se encontrava ameaçado de ruína. Em poucos dias também, o número dos leitores teve um aumento de 200 mil, enquanto dezenas de milhares de outros mandaram publicar — pagando-o como publicidade — mensagens de simpatia, que substituíram os anunciantes que, pressionados pela ditadura, de Seul, tinham retirado a sua publicidade.

# Não submissão da redacção a qualquer espécie de censura interna ou externa

— Estabelece o Estatuto Editorial da «FLAMA»

A «não submissão da Redacção a qualquer espécie de censura, externa ou interna» é um dos pontos fundamentais do Estatuto Editorial da «Flama», que vem inserto na terceira página do último número daquela revista.

O texto integral do estatuto é o seguinte:

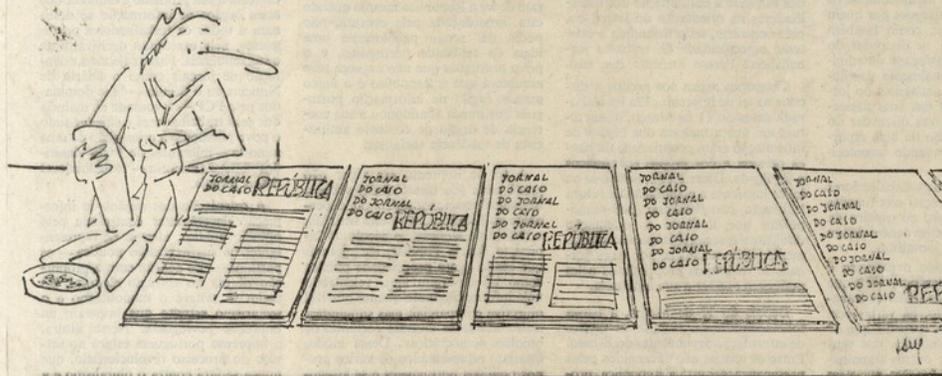
«1 — A independência da revista caracteriza-se pela não sujeição a quaisquer forças políticas ou partidárias e pela prática de uma infor-

mação pluralista, reservando-se o direito de criticar todas as doutrinas, instituições, actos e acontecimentos.

2 — A revista «Flama» define-se por uma linha política informativa independente, orientada para um amplo esclarecimento dos seus leitores.

3 — Estes objectivos envolvem a não submissão da Redacção a qualquer espécie de censura, externa ou interna.»

Conclui-se daqui que, para além das muitas (e surpreendentes) vozes discordantes, há (pelo menos) mais uma redacção que pensa como nós, jornalistas da «República»: é a Redacção que compete, decididamente e efectivamente, a orientação de um órgão de informação. Como nós, os redactores da «Flama» afirmam-no peremptoriamente: nenhuma censura externa ou interna (o sublinhado é nosso) poderá ser exercida sobre a Redacção.



Desenho de SAM em «Jornal Novo»

# COMPETE AO CONSELHO DE REDACÇÃO DAR A ORIENTAÇÃO AO JORNAL

—afirmação de Piteira Santos, em mesa redonda publicada pela «Flama».



Piteira Santos

Em mesa-redonda publicada pelo semanário «Flama» de 30-5-75 acerca da situação actual da imprensa portuguesa, produziram-se afirmações do maior interesse para clarificar posições.

No debate participaram o dr. Piteira Santos, a escritora Natália Correia, o jornalista Jardim Gonçalves e os drs. Albertino Antunes e Mário Bacalhau, sendo a condução e coordenação da responsabilidade de António Amorim e Regina Louro.

Da referida mesa-redonda destacamos algumas passagens que talvez ajudem os nossos leitores a compreenderem a situação que vive a nossa imprensa.

«Ao falar-se de partidarismo por parte da imprensa, podemos cair no risco de pensar numa imprensa apartidária no sentido em que não deveria ter qualquer orientação. Julgo que em todo o mundo que se bate por uma imprensa livre e pluralista, se procura dar uma informação objectiva sem que, no entanto, os jornais deixem de ter a sua orientação. Nos momentos, digamos, mais quentes de um determinado processo político, aquilo que se lê num jornal reflecte determinada orientação ideológica ou política. Por outro lado, também não existem jornalistas politicamente abstractos, apolíticos. As coisas passam pelo seu interior e é muito natural que as suas opções políticas se traduzam naquilo que eles próprios escrevem.

Julgo que entre nós se está a verificar um fenómeno sobre o qual tenho reflectido. Isto é, as decisões tomadas pelos órgãos do Poder relativamente ao que se chama o processo revolucionário são transmitidas através dos órgãos da informação sem que sejam acompanhadas por uma análise crítica. Então, penso que o que cabe à imprensa não é fazer a transmissão pura e simples, ou o relato das etapas do processo revolucionário, mas deve acompanhar as decisões do Poder com uma crítica que ajude à sua melhor concretização.»

(Jardim Gonçalves)

«...penso que o problema da imprensa portuguesa se insere numa tendência para fundir num só os quatro poderes existentes. Existem o poder militar, o poder político, o poder económico e os meios de comunicação social. No aspecto político, a chamada legitimidade eleitoral tende a ser absorvida pela legitimidade revolucionária. No campo económico, através de apreciações nacionalizações (desde que sejam depois resolvidas no plano da socialização), existe também a tendência para que o poder económico passe para o Estado, outro elemento que se funde no poder militar. Passemos aos meios de comunicação social. O Estado e a banca estão a despendir grandes verbas com uma imprensa que, creio, não está a cumprir o seu dever. E não cumpre porque, na realidade, não fornece meios de diferenciação analítica, de multiplicação de análise.»

(Natália Correia)

«Eu disse há pouco, que a imprensa reflectia, de certo modo, a sociedade em que vivemos e os

partidos que temos. Trata-se, a meu ver, fundamentalmente, de um problema de ética, de consciência e de competência jornalísticas. Enquanto os partidos, entre nós, se derem a um diálogo de surdos, estou convencido de que teremos no interior das redacções os jornalistas defendendo, cada um, o seu próprio partido e a fazer com que o seu partido tenha um tratamento mais vantajoso do que os restantes.»

(Jardim Gonçalves)

A imprensa é sempre manipulada em todo o mundo. Mas esse facto deriva da nossa opção de querermos ou não viver numa sociedade pluripartidária. Essa contingência existirá sempre. O único perigo a evitar é que a imprensa não se concentre numa única manipulação partidária, mas que se diversifique.»

(Natália Correia)

«Recordo que, ao escrever um pequeno comentário acerca dos possíveis partidos políticos ou ideologias políticas, a Redacção de uma revista me suprimiu a expressão «ditadura do proletariado», porque o partido, concretamente o Partido Comunista Português, tinha suprimido isso do seu programa.»

(Mário Bacalhau)

«Ou não estamos apetrechados para sermos capazes de dizer «há censura» ou não estamos apetrechados para uma espontaneidade de vigilância revolucionária. Há aqui qualquer coisa que, para mim, claudica. Agora, evidentemente, eu não poderia ficar sem falar de um outro caso que é o do jornal Republica. É que, muito para além do caso do jornal «Republica» eu penso, por exemplo, no que pode suceder ao general Vasco Gonçalves ou ao general Otelo Saraiva de Carvalho ou ao almirante Rosa Coutinho no dia em que escreverem um texto qualquer manuscrito e a dactilógrafa disser que não está de acordo.»

(Piteira Santos)

«...A especificidade da própria empresa jornalística, que não se destina propriamente a colocar na rua pastas de dentes, que em principio são quase todas iguais. O produto que é colocado à venda é muito diferente. No entanto, parece-me que houve uma grande lacuna, aliás já apontada por um dos elementos que trabalhou na Comissão Coordenadora da Lei de Imprensa: chegou a ser prevista uma comissão coordenadora de trabalhadores, que integraria os diversos sectores do jornal, mas os profissionais da informação opuseram-se a isso, dizendo que devia competir ao Conselho de Redacção, e só a ele, definir a orientação do jornal.»

(Natália Correia)

«...é preciso criar um Conselho de Redacção mais amplo. Agora, para mim não oferece dúvidas que quem determina o que o jornal é deve ser o Conselho de Redacção. Se a esse Conselho de Redacção

têm acesso, por problemas de cooperação interna do jornal, outros sectores não literários, é apenas uma questão de critério na formação do Conselho. O Conselho ou é um Conselho de Redacção ou um Conselho Político do jornal. Agora, o que não se concebe é que o pessoal de oficina se reúna para dizer: «Não imprimimos isto que nos deram para imprimir.» Isto não é liberdade; é violência contra o direito à liberdade.»

(Piteira Santos)

«Em relação ao caso específico da Imprensa, e eu já disse que era específico, diferente do problema das pastas de dentes que se colocam na rua (não é qualquer produto normal para consumo físico das pessoas, mas um produto que exerce influências nas pessoas a vários níveis), é evidente que estou de acordo com o dr. Piteira Santos quando afirma que o poder de decisão deve caber a um Conselho de Redacção. E a um Conselho de Redacção alargado de facto. Alargado, mas não, por forma a permitir que o sector gráfico que, numericamente, até poderia ser superior à Redacção, viesse a obter uma representação que, proporcionalmente, lhe daria o «controle» da Redacção.»

(Albertino Antunes)

«É que, no fundo, quando os trabalhadores dizem «Não imprimimos», estão a fazer censura e estão a agredir, política e ideologicamente, outra classe socio-profissional. Eu pergunto ao gráfico comunista que aderiu à reivindicação que levou a paralisar o «República» se ele está certo de que os impressores e os compositores da primeira edição de «O Capital» de Karl Marx eram comunistas ou se não seriam operários capazes de

abertura de espírito que os levou a achar que aquele livro, independentemente da adesão a uma obra que ainda não tinham lido, que ainda não tinham estudado, que ainda não tinham meditado, devia ser veiculado, porque a verdade nunca pode ser contra-revolucionária e porque — até vale a pena afirmá-lo mais uma vez — só a verdade é revolucionária?»

(Piteira Santos)

«Mas, em relação à informação, penso que é absolutamente ilógico recusar ao sector da produção, mais directa, portanto à Redacção, um maior peso na definição do produto que a empresa fabrica e que se traduz nas notícias, na informação que o jornal dá, de todas as vezes que sai para a rua. Esta condição tem de ser defendida nos próprios instrumentos legais contra a situação de ambiguidade que actualmente se verifica e que o dr. Piteira Santos caricaturou ao imaginar que a dactilógrafa do primeiro-ministro se re-

cusava a passar à máquina o seu discurso por não concordar com ele.»

(Mário Bacalhau)

«...penso que se trata de um problema de educação e de visão do movimento operário no seu global, no seu conjunto. E de se tomar por realidade aquilo que às vezes não passa de aparência. E de se catalogarem facilmente as pessoas, dividindo-as em dois campos extremados, em que uns são da burguesia só porque escrevem e outros são do proletariado só porque mexem em chumbo. Onde, eu penso que a lei está de facto já neste momento ultrapassada, porque não prevê estas formas de participação e, sobretudo, não prevê como é que os trabalhadores, não sendo jornalistas, não sendo participantes na globalidade do jornal de uma forma efectiva mas responsável, ou seja, balizando os campos, de modo que não surja uma interferência que corresponda a uma censura, a meu ver, negativa.»

(Piteira Santos)

## Oxalá possamos louvar as fardas que nos têm prometido liberdade numa democracia socializante

— deseja o semanário «Notícias de Guimarães»

Mais um a somar a tantos. O «Notícias de Guimarães» — semanário que se publica naquela cidade minhota — dedica o seu artigo de fundo ao «caso Republica». O artigo em questão, assinado por Isaura Correia Santos, nome sobejamente conhecido, mormente nos meios literários nortenhos, refere a necessidade imperiosa de focar o «inúvel» caso que tem afectado o nosso Jornal Republica. Publicado no dia 31 do passado mês, o artigo prossegue:

«As últimas notícias que chegamos até nós dizem que a crise está praticamente vencida e em breve se conhecerá a decisão de quem Pode e Mandar. Qual será o veredicto? Quando este semanário sair no seu próximo número, sem dúvida já todos nos saberemos se a Republica circula de novo como antes, como é JUSTO. Mas o facto não impede que venhamos, ainda que pareça numa acção extemporânea, também nós mostrar o nosso apoio e apreço ao Dr. Raul Rego, homem vertical, jornalista de envergadura fora do comum, e neste apoio e simpatia englobar os seus colaboradores m, na Redacção e Administração, nesse diário que sempre falou eloquentemente do seu fundador, cuja doutrina, tão salutar e construtiva, tem procurado

seguir na actualidade que se impo-nha.»

E, mais adiante, prossegue: «Por mais estranho que pareça, a Republica foi assaltada (...) Pois os assaltantes que deram à Republica mais uma oportunidade de conhecer os seus amigos (tantos são!) e os seus inimigos, tinham por objectivo apossar-se do que pertence, indiscutivelmente, aos democratas e republicanos que PAGARAM as novas máquinas que melhoraram a sua impressão, o seu aspecto gráfico, a sua divulgação, em suma. Certo, esse acto repugnante de assaltar o que TEM DONO, não pode senão merecer censura e punição, tanto do grande publico em geral, como das Autoridades que na verdade queiram governar um povo cansado de algemas, um povo que tem implorado uma gota de água! — sem sombra de dúvida ditadura. Se todos os jornalistas, esses que não se conformaram nem se conformam na qualidade de «máquina», tanto sofreram, tanto protestaram, contra a censura, contra a caminhada ao jeito de animal de orelhas compridas com cabresto, olhando simplesmente numa direcção, como podem presentemente concordar com o jugo de uma Imprensa (não bastam a Rádio e Televisão?)

controlada por um diminuto partido, que ainda por cima é detestado pela grande maioria da gente portuguesa, da gente de todo o mundo?! Os nervos de quem ama a liberdade de expressão não podem deixar de se queimar — passe o possível exagero — com esta escalada brutal e inesperada, indesejada e revoltante, da minoria que ousa e pode, graças à «varinha de condão», subir aos pináculos da propaganda, buscando todos os meios numa luta desesperada, ainda que aparentemente, risonha, de conseguir... o que conquistou ao longo de dezenas de anos num trabalho aturado na clandestinidade e à luz do dia!

É natural que ao ser publicado este nosso arrazoado — se assim quiserem dizer... — já a Republica, em que ao longo de anos colaborámos e cujo vigor, material, teve a nossa comparticipação e a do democrata e Artista que foi o Pintor e Professor Abel Santos, já tinha reaparecido aos olhos e ao coração do seu grande publico, liberta dos indesejáveis que tentaram, ou tentam, usurpar o que jamais lhes pode caber por Direito!

Oxalá que sim, que possamos uma vez mais louvar as fardas que nos têm prometido Liberdade numa Democracia socializante.

# A VOZ DE "REPÚBLICA" CONTINUA A SER UM SÍMBOLO INDISCUTÍVEL DE INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE

Ao tomar conhecimento do Comunicado do Conselho de Revolução sobre o caso «República», a Administração, a Direcção e a Redacção do jornal enviaram aquele órgão de soberania um documento em que se congratulam com o facto de o Conselho da Revolução nos ter dado razão, afirmando-se disposto a fazer cumprir a Lei de Imprensa, como sempre reclamámos e em que comunicam que a Administração vai requerer a reabertura das instalações do jornal, ainda esta semana.

Até a este documento, a Administração, a Direcção e a Redacção de «República» comu-

nica ainda ao Conselho da Revolução o seguinte:

— Publicaremos no primeiro número de «República» o Estatuto editorial do jornal que o define como um órgão socialista,

pluralista e independente;

— A queixa-crime apresentada contra os funcionários de «República» responsáveis pelos actos que conduziram ao encerramento do jornal, seguirá os seus ter-

mos, a menos que os referidos responsáveis tenham a dignidade de se afastar, uma vez que o Conselho da Revolução se dispôs a assegurar-lhes a actividade noutros locais de trabalho;

— O publicitário Alvaro Belo Marques — indigido director da edição-pirata de «República» — que se havia demitido antes dos acontecimentos, fica por isso proibido de voltar a entrar no jornal;

— Entendemos o comunicado do Conselho da Revolução como traduzindo a obrigatoriedade de todos os trabalhadores aceitarem a orientação do jornal, segundo a definição que lhe é dada pela Direcção e pelo Conselho da Redacção, nos termos da Lei de Imprensa — orientação, aliás, igual à anteriormente seguida;

— A situação económica do jornal, depois da forçada paralisação, pode agora considerar-se má. Assim, a Administração tem que assegurar as indispensáveis disciplina e rendimento de trabalho — até porque são fundamentais para o êxito da batalha da produção em que estamos empenhados;

— Finalmente, os signatários salientam que o movimento de solidariedade nacional e internacional que se desenvolveu em redor do caso «República», veio demonstrar que a liberdade de informação é essencial para milhões de portugueses e que a inviolabilidade de «República» — nunca inteiramente abafada durante os anos negros do fascismo — continua a ser um símbolo indiscutível de independência e de liberdade.

## TER-SE-Á RECEADO o «legalismo» do Ministro?

A Lei de Imprensa foi inicialmente violada no caso do jornal «República». Pretendeu-se levar a efeito, pela política do facto consumado, um falso saneamento, na circunstância o afastamento de Raul Rego e de Vítor Direito como Director e director-adjunto do jornal. O golpe só não surtiu porque a Redacção se uniu e na sua esmagadora maioria fez cordão de apoio e solidariedade ao lado da Direcção. E esse foi o elemento-chave com o qual não contaram os responsáveis por esta miserável manobra.

Com o seu gesto, os jornalistas da «República» não só evitaram que se consumasse uma enorme injustiça, como terão sido dos primeiros trabalhadores a dizer não aos pretensos saneamentos, aos golpes arditamente desferidos em muitas empresas e serviços públicos e parapúblicos que mais não têm sido do que cabala bem urdida para pôr em lugar cimeiros pessoas da confiança de determinado partido político, para lograr o domínio de determinados sectores da produção, do aparelho do Estado e, em última análise — é esse o grande e último objectivo — a tomada do poder. Para tanto valem os mais variados tipos de falsidade, as distorções mais aberrantes, o recurso à ameaça, o velho método do voto por braço levantado, a demagogia banal, a exploração da ignorância e do medo, males que têm a inegável marca do fascismo.

Se a determinação dos jornalistas foi factor essencial na luta contra este golpe que visava tornar ainda mais monocórdica a Imprensa portuguesa, não podemos deixar de reconhecer que

ela não teria tido razão de ser nem viabilidade se não se apoiasse nos sentimentos da opinião pública portuguesa, nas manifestações inequívocas da vontade popular de se opor a toda e qualquer forma de obstrução à liberdade de imprensa em Portugal.

Na luta que travamos (e estamos dispostos a prosseguir) tivemos a força e o incentivo de vozes autorizadas. Elas fizeram ouvir-se para evidenciar o avanço da nossa Lei de Imprensa, para defender a necessidade de sua aplicação e da sua experimentação, sem as quais as críticas e as propostas de alteração não têm qualquer sentido.

Nesse número é justo incluir o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, que desde a triste madrugada de 19

para 20 do passado mês, teve a ombridade e a coerência de defender a aplicação da lei, a necessidade da mesma ser respeitada e, consequentemente, de punir os seus infractores. O mesmo aliás aconteceu na entrevista que no dia seguinte concedeu à Radiotelevisão e nos encontros que teve com membros da Administração, da Direcção e da Redacção do Jornal.

Até por este motivo estranhámos que decisões relativas ao caso «República» tenham passado à margem da pessoa do ministro. Ter-se-á receado a influência e o «legalismo» do ministro? Ou terá chegado já o momento em que é «crime» ser legalista, isto é defender as leis aprovadas depois do 25 de Abril, embora muitas delas — diga-se em abono da verdade — sejam desprezi-

velmente ignoradas?

Admitimos que o «peso» do ministro e a intervenção do Ministério da Comunicação Social tivessem sido bem diferentes se o comandante Correia Jesuino pertencesse ao número daqueles que se mostram lépidos em advogar a revisão da lei de Imprensa, em considerar que a mesma já não serve «os desígnios da nossa Revolução»...

Sabemos desde já que alguns vão aproveitar estas palavras para dizer que estamos a dividir o M.F.A. A esses respondemos que reprimamos a afirmação, embora mantenhámos como direito inalienável e salutar à liberdade de criticar o M.F.A. e o poder constituído. E recordamos que nenhum País sofreu com a crítica responsável e oportuna, mas que muitas nações se viram sujeitas à mais férrea ditadura no dia em que foi banido o direito de crítica, em que os jornais se tornaram numa enorme carta superiormente soprada e infalivelmente subscrita por domesticado «atento, venerador e obrigado».

J. G.

## OBRIGADO A AMIGOS!

(Conclusão da 1.ª página)

los trabalhadores da Tipografia Silvas, onde foi impresso o primeiro número deste jornal de luta, e pelos quadros gráficos da «Gazeta do Sul», onde, por necessidades de ordem técnica, passaram a ser feitos os números seguintes. A competência, o esforço e a consciência profissional de todos eles asseguraram a materialização do projecto de prosseguirmos o diálogo desta redacção com os leitores, embora através destas páginas onde só os aspectos relacionados com o «caso República», as suas origens e as suas repercussões foram tratados.

Finalmente, queremos ainda lembrar os muitos milhares de pessoas que voluntária e desinteressadamente asseguraram a divulgação deste jornal, promovendo a sua distribuição e a sua venda, com o sacrifício de muitas horas de repouso e, em alguns casos, com o prejuízo material da perda de horas de trabalho.

O «Jornal do caso República» mobilizou, na verdade, uma campanha de solidariedade a nível nacional que, tal como se conclui da sua extraordinária aceitação pelo público, provou bem a maturidade política dos portugueses e a sua clara visão da necessidade de uma imprensa livre no processo revolucionário.

Os portugueses disseram inequivocamente nas eleições de Abril que não querem nenhuma espécie de ditadura. Mostraram agora saber que a liberdade de expressão, nomeadamente a liberdade de crítica aos órgãos do poder e às forças políticas, representa a arma mais poderosa contra qualquer projecto de ditadura e de qualquer propósito de imposição de um modelo único de pensamento.

Aqueles que estiveram connosco, sabendo estar na luta por uma imprensa livre, seria oportuno dirigirmos todos os superlativos da gratidão. Preferimos, no entanto, dizer-lhes simplesmente, na forma simples, firme e espontânea da sua ajuda:

Obrigado, amigos!

## Obrigado Povo de Nisa

A solidariedade que muitos milhares de pessoas nos têm expressado, manifesta-se das mais variadas maneiras — até nos pe-

Como exemplo, está o facto de o povo de Nisa ter, antecorrido, ocorrido ao local onde se verificou o despatife do automóvel que fazia a distribuição do nosso jornal naquela zona e, ao saber de que automóvel se tratava, ter feito os esforços necessários para retirar o veículo da crítica situação em que se encontrava. Movimentaram-se pessoas e máquinas — pois foi preciso utilizar um tractor. No final da operação, quando o nosso motorista se preparava para remunerar os trabalhadores mais activos, todos eles recusaram receber fosse o que fosse.

JORNALISTAS EM LUTA

República

LIVRE

Os redactores da «República» empreenderam a execução de um auto-colante a três cores que reproduzimos, em formato ampliado, na gravura acima. «JORNALISTAS EM LUTA — REPÚBLICA LIVRE» — é a legenda impressa, síntese de uma actuação que continuamos a assumir com veemência. Este auto-colante pode ser solicitado na Rua do Telhal, 12-2.º Esq., em Lisboa.

## JORNAL DO CASO REPÚBLICA

Proprietário: Gustavo Soromenho  
Redacção e Administração: Rua da Emenda, 33-3.º — Lisboa-2  
Composto e Impresso na Empresa de Publicidade do Sul — Montijo.